

**ATA**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Disse que, sendo esta reunião a última de um ano extremamente importante para Guimarães, este era o momento para fazer uma intervenção institucional e não um balanço sobre o evento que marcou Guimarães no ano de 2012 e que registou o consenso social e político, manifestado em diversas intervenções e declarações. Disse considerar não ser ainda o momento de fazer um balanço do evento pois algumas matérias precisam de algum tempo e maturação para poderem ser feitos os correspondentes balanços, mas antes um momento para registar aquilo que de melhor correu no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012. Continuou, dizendo que tinha a firme convicção de que a proximidade do então Governo central ao Presidente da Câmara Municipal foi um dos motivos pela oportunidade que foi dada a Guimarães, acrescentando que, depois de um início atribulado, foi possível devolver a participação dos vimaranenses no evento, realçando a marca “Eu faço Parte”. Por último, disse querer realçar a

serenidade e diplomacia do Prof. João Serra, muito importantes para a tranquilidade do processo, bem como o regresso de Carlos Martins. Assinalou, também, a intervenção da Vereadora da Cultura neste processo. Em conclusão, referiu que a Capital Europeia da Cultura foi objetivamente importante para Guimarães, permitindo o seu reconhecimento nacional e sobretudo internacional, objetivo que apesar de ser uma consequência quase evidente da circunstância de ser Capital Europeia da Cultura, foi claramente alcançado. -----

**2 – Vereador José Manuel Antunes – a)** – Referiu uma questão relativa à segurança rodoviária no cruzamento de Nespereira com Vizela, concretamente o facto de se encontrar desligada a iluminação pública; **b)** - Sobre a intervenção na Via Intermunicipal, que considerou apressada, disse faltar sinalização horizontal das passadeiras no cruzamento com Serzedelo e Guardizela; **c)** – Referiu a falta de manutenção de sinalização vertical, apontando, por exemplo, a EN 206 (cruzamento de Vermil com Airão) em que o sinal ali existente não tem qualquer visibilidade. -----

**3 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro** – Questionou o Presidente da Câmara com a queixa de moradores da freguesia de Selho S. Lourenço que reclamam da poluição ambiental e sonora causada por uma indústria de asfalto.-----

**4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** - Disse ser previsível um grande afluxo de pessoas neste fim-de-semana à cidade, por ocasião da festa de encerramento da Capital Europeia da Cultura, informando que foi sido instalado um dispositivo tendo em vista assegurar os fluxos de trânsito. Disse, ainda, que os Transportes Urbanos de Guimarães deram o seu apoio prevendo mais circuitos, bem como a CP e a Ascendi Norte; **b)** – Quanto à questão da



sinalização vertical explicou que há milhares de sinais instalados no concelho, que são sempre reparados logo que verificada a sua deficiência, sendo que fora da cidade os referidos sinais são vistoriados sempre que os respetivos Presidentes de Junta comuniquem alguma anormalidade. -----

**5 – Vereadora Francisca Abreu** – Leu, em voz alta, um documento sobre a agregação de Agrupamentos de Escolas no concelho, que a seguir se transcreve: “Na sequência da proposta de agregação de escolas e agrupamentos de escolas apresentada pela Sra. Diretora Regional de Educação do Norte, em reunião realizada no pretérito dia 19 de novembro, a Câmara promoveu reuniões com os Diretores de Escolas e Agrupamentos de Escolas e os membros do Conselho Municipal de Educação que decidiram manter válidos os argumentos invocados em Maio / Junho de 2012 que suportaram o princípio de não agregação de escolas e agrupamentos de escolas em Guimarães. As razões para tanto radicam, nomeadamente, na ponderação da dimensão e escala dos agrupamentos de escolas e escolas, da dispersão geográfica, do número de alunos por agrupamento de escolas e escolas, da qualidade dos resultados de desempenho dos alunos que se impõe melhorar, da taxa de frequência, das dificuldades e problemas de natureza pedagógica e humana que as escolas enfrentam, resultado das dificuldades financeiras que as famílias sofrem, do alargamento da escolaridade obrigatória, da absoluta necessidade de garantir a presença de órgão de gestão pedagógica em escolas de dimensão. Acresce a circunstância de a Sra. Diretora Regional de Educação do Norte, na reunião de 19 de novembro, pp, não ter apresentado qualquer argumento novo, pedagógico ou outro, que suporte a proposta de agregação que apresenta e que, portanto, justifique a revisão da posição então tomada. A proposta contraria

os fluxos dos cidadãos, dos alunos e das famílias, não considera a rede viária e rede de transportes públicos existentes, nalguns casos não respeita a continuidade territorial, não garante qualquer consistência dos territórios educativos. Excluídas as situações de propostas de agregação de escolas e agrupamentos de escolas abrangidas pelo regime de exceção previsto no nº 2, do Despacho nº 5634-F/2012, considerando as restantes propostas, tendo em conta os cinco princípios e os cinco critérios enunciados no referido Despacho nº 5634-F/2012, a proposta de agregação da Escola Secundária Francisco de Holanda com o Agrupamento de Escolas Egas Moniz não cumpre dois dos princípios enunciados, a saber nº 1.1, b) e d) e não cumpre dois dos critérios enunciados, a saber nº 1.2, c) e e); as propostas de agregação dos Agrupamentos de Escolas de Pevidém e D. Afonso Henriques, de Abação e de Gil Vicente não cumprem quatro dos princípios enunciados, a saber nº 1.1 a), b), c), d) e não cumpre três dos critérios enunciados, a saber, 1.2, a), b) e d); a proposta de agregação dos Agrupamentos de Escolas de Briteiros e de Mário Cardoso não cumpre quatro dos princípios enunciados a), b), c) e d), e não cumpre qualquer dos cinco critérios enunciados. Se se considerar que os demais princípios e critérios são cumpridos, o que está por provar, verifica-se que a proposta apresentada pela DREN não cumpre os princípios e critérios estabelecidos pelo Despacho referido, em número que possa ser considerado aceitável, tanto mais que os de natureza pedagógica não são cumpridos. Por outro lado, a proposta apresentada não atenta nas recomendações constantes na Recomendação nº 7/2012, do Conselho Nacional de Educação, publicada no DR nº 227, 2ª Série, de 23 de novembro. Esta Recomendação, nos seus nºs 28 e 29, diz expressamente “ 28 -A recente criação de agrupamentos de grande dimensão (...)



tem vindo a criar problemas novos onde eles não existiam: reforço da centralização burocrática dos agrupamentos; aumento do fosso entre quem decide e os problemas concretos a reclamar decisão, com a criação de novas hierarquias de poderes subdelegados; existências de vários órgãos de gestão que nunca se encontram nem se articulam entre si; sobrevalorização da gestão administrativa face à gestão autónoma das vertentes pedagógicas. Tudo isto fragiliza ainda mais a já frágil autonomia (...). 29 – Assim, os mega agrupamentos constituem, até ao momento, um caminho de reforço do controlo e não da autonomia das escolas / agrupamentos de escolas, uma via que paulatinamente retira liberdade e capacidade de ação aos diretores e aos parceiros locais da educação. Ao concentrar, descentra-se e desfoca-se a ação nuclear dos dirigentes das escolas que deve visar “melhorar cada dia os processos de ensino e os resultados das aprendizagens. (...) Seria vantajoso que se acompanhasse muito de perto estes processos, tendo em vista concentrar sobretudo aquilo que é de pendor administrativo e que pode ganhar escala e descentrar o que requer acompanhamento pedagógico e educativo de muita proximidade. Os Agrupamentos de Escolas e Escolas de Guimarães consensualizaram em não apresentar qualquer proposta de “unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas”, conforme previsto no art.º 7º, do DL nº 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo DL nº 137/2012, de 2 de julho. O Município de Guimarães mantém a disponibilidade de, nos termos do nº 1.6, do Despacho nº 5634-F/2012, conforme os princípios enunciados no mesmo despacho, e em sede de revisão da Carta Educativa, apresentar “soluções inovadoras” que, de forma coerente e integrada, contribuam para a melhoria da qualidade do serviço público de educação e

formação, no respeito pelo prazo previsto no nº 3.1, do referido Despacho, i.e., "até final do ano escolar de 2012-2013". -----

**6 – Vereador César Machado – a)** – Deu conhecimento que Guimarães conquistou dois dos cinco prémios "Cidade Perfeita" - Mobitur e Plataforma das Artes e da Criatividade atribuídos pela Visão e pela Siemens, que teve como objetivo dar a conhecer as melhores iniciativas e boas práticas das cidades portuguesas ao nível da governação, sustentabilidade, inclusão, inovação e conectividade. Assim, e a partir de um estudo da Inteli, a VISÃO publicou durante 5 semanas casos exemplares de entre os 50 projetos de excelência selecionados em 25 cidades portuguesas. Com a ajuda dos leitores da Visão, foram selecionados, através de votação online, os 5 projetos de excelência ao nível da governação, sustentabilidade, inclusão, inovação e conectividade, tendo sido atribuídos a Guimarães os prémios relativos à conectividade e à inovação. O prémio atribuído na categoria conectividade premiou o Mobitur, uma aplicação para telemóveis que se apresenta como um amigo que acompanha o visitante de Guimarães através do que de melhor existe na cidade. Já o prémio inovação distinguiu a Plataforma das Artes e da Criatividade, um dos equipamentos culturais construídos no âmbito de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro referiu que a Câmara Municipal tem acompanhado este processo com proximidade, informando que os problemas estão relacionados com poluição sonora, maus cheiros e partículas libertadas que podem ser nocivas à saúde, competência que é do Ministério do Ambiente, acrescentando que a Delegação de Saúde, após visita ao local, constatou não se verificar perigo para a saúde pública. ---

**5 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a intervenção do



Vereador André Coelho Lima, disse que faltou referir a reabilitação urbana, bem como o sucesso das obras edificadas sob a responsabilidade política do Vereador Domingos Bragança; **b)** – Sobre as intervenções do Vereador José Manuel Antunes, disse que os trabalhos executados na rotunda de Nespereira eram da responsabilidade da entidade Estradas de Portugal. Disse, ainda, não ter havido intervenções apressadas na Via Intermunicipal. Quanto aos sinais de trânsito, referiu que as Juntas de Freguesia devem solicitar à Câmara as intervenções necessárias. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**VOTO DE RECONHECIMENTO – PLATAFORMA DAS ARTES E DA CRIATIVIDADE** – Presente a seguinte proposta: “A Plataforma das Artes e Criatividade foi distinguida com o Prémio Detail Reader Prize, uma iniciativa da Revista alemã Detail, a qual recebeu 598 candidaturas de arquitetos de 50 países. Numa primeira fase do concurso, as candidaturas foram avaliadas pela Redação da Revista que selecionou 25. Numa segunda fase, decorreu na internet um concurso de voto popular que premiou a candidatura vimaranense. O prémio é um sinal do prestígio e atenção com que os utilizadores da internet olham Guimarães, do seu reconhecimento do nosso património, e da beleza que o edifício e o conjunto envolvente patenteiam. Expressando um natural regozijo por mais este reconhecimento, proponho que a Câmara Municipal felicite os autores do projeto de arquitetura premiado e todas as equipas multidisciplinares que envolveram a sua elaboração, concretamente o Gabinete Pitágoras nas pessoas dos Arquitetos Fernando Seara de Sá, Raul Vilhena Roque, Alexandre Coelho Lima e Manuel Vilhena Roque.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da mensagem de felicitações enviada à atleta Dulce Félix que conquistou, no domingo passado, a medalha de prata na prova de seniores femininos dos Campeonatos da Europa de Crosse, que decorrem em Valenje, na Eslovénia; **2** – De estar a ser feita uma conjugação de esforços entre várias entidades no sentido de ser preparada uma festa de passagem de ano no Centro Histórico de Guimarães; **c)** – De ter sido concedida tolerância de ponto aos trabalhadores da Câmara Municipal nos dias 24 e 31 de Dezembro.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.1** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 130 e 131 comunicando a aprovação, em sessão realizada em 23 de novembro, das seguintes propostas: **a)** - Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2013; **b)** - Pedido de Autorizações à Assembleia Municipal para execução do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades e Orçamento para 2013; **1.2** – Dos ofícios da Assembleia Municipal, números 132 a 145 que comunicam a aprovação, em reunião realizada no passado dia 26 de novembro, das seguintes propostas: **a)** - "Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Ano de 2012"; **b)** - "Derrama sobre a Coleta de 2012 (a cobrar em 2013)"; **c)** - "Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - Ano de 2013"; **d)** - "Orçamento Participativo - Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Guimarães - Normas de Participação - I Edição do Orçamento Participativo de Guimarães"; **e)** - "Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas





e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas"; **f)** - "Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos de Guimarães"; **g)** - "Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas"; **h)** - "Autorização Prévia de Compromisso Plurianual para o fornecimento de Gasóleo Rodoviário a Granel - 1.600.000 Litros"; **i)** - "Compromisso Plurianual - Autorização Prévia da Assembleia Municipal - Fornecimento de Energia Elétrica"; **j)** - "Compromisso Plurianual - Primeiro Aditamento ao Concurso Público n.º 10/11 - Aluguer por um período de 60 meses de 4 equipamentos Kónica C35 e mais 4 equipamentos Kónica C220"; **k)** - "Reestruturação Orgânica dos Serviços do Município"; **l)** - "Mapa de Pessoal para 2013"; **m)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Ponte"; **n)** - "Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em Liquidação - Plano de Atividades e Orçamento para 2013"; **2** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **"HASTA PÚBLICA Nº 8/2012 – VENDA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA, METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO E VIATURAS DO MUNICIPIO** - Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho de 10 de dezembro de 2012 do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança que, no âmbito do procedimento em epígrafe, adjudicou definitivamente os bens abaixo identificados, pelos valores constantes na mesma tabela. -----

Marca/Modelo	Matrícula	Arrematante	Preço
Opel Corsa	VF-06-47	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€160,00+IVA
Renault AE440	60-41-RA	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€1.850,00+IVA

Marca/Modelo	Matrícula	Arrematante	Preço
BMW	94-77-DP	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€520,00+IVA
Citroen AX	75-82-BG	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€150,00+IVA
Opel Kadett	VG-35-19	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€160,00+IVA
Fiat Punto	24-06-EH	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€170,00+IVA
Audi 80	58-44-FU	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€580,00+IVA
Rover 414 Saloon	95-82-IM	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€360,00+IVA
Citroen XM	29-49-FR	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€280,00+IVA
Fiat Punto	34-33-FT	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€220,00+IVA
Opel Astra	15-74-DS	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€380,00+IVA
Opel Astra	90-68-NN	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€520,00+IVA
Wolkswagen Golf	80-36-BF	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€310,00+IVA
Volvo (s/caixa RSU)	32-28-AT	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€880,00+IVA
Varredora RAVO 5002	-----	"CUPRUM – Comércio de Metais não Ferrosos, Lda."	€620,00+IVA
Varredora SCHIDT	-----	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€570,00+IVA
Kawasaki KLF 220	20-84-SA	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€750,00+IVA
Kawasaki KLF 220	20-85-SA	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€850,00+IVA
Compressor	-----	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€425,00+IVA
Máquina de pintura de estrada	-----	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€425,00+IVA
Metais ferrosos	-----	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€260,00/tonelada
Alumínio	-----	"S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda."	€1.075,00/tonelada

**3** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de dezembro de 2012, que adjudicou a prestação de serviços de "Fornecimento de Refeições em 5 Refeitórios Escolares – Ano Civil 2013" ao concorrente "ITAU – Instituto Técnico de Alimentação



Humana, SA", pelo preço contratual de €156.519,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; **4** – Do ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2012, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2012, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **5** - Do ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, o processo relativo ao segundo aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 8 de junho de 2009 com o Banco BPI, SA, e a Caixa Geral de Depósitos, SA, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **6** - Do ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, a minuta de contrato de cessão de posição contratual no "Contrato de Adesão e Ligação ao Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave" da TRATAVE à Águas do Noroeste", que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **7** - Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os Instrumentos de Gestão Previsional para 2013, aprovados em Assembleia Geral realizada no passado dia 30 de novembro, acompanhado do parecer do Fiscal Único, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA**

**REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – CIENTISTA RUI REIS** – Presente a seguinte proposta: “O cientista Rui Reis, investigador da Universidade do Minho e Diretor do Laboratório 3 B’s, sediado no Avepark, foi contemplado com uma bolsa de 2,35 milhões de euros, atribuída pelo Conselho Europeu de Investigação. Estas bolsas, criadas em 2008, são consideradas como um “Prémio Nobel Europeu” e distinguem com base na excelência científica os melhores investigadores a nível de toda a Europa. O cientista Rui Reis foi distinguido pelo Município de Guimarães, no mais recente 24 de Junho, com a Medalha de Ouro de Mérito Científico. O seu reconhecimento, agora, a nível europeu, deve merecer a nossa mais elevada congratulação e louvor. Ela vem distinguir, em primeiro lugar, a excelência do mérito pessoal e da equipa que dirige, do Cientista contemplado, mas vem, também, reconhecer a importância do Avepark como projeto no âmbito da inovação e da ciência, que constitui uma grande mais-valia para Guimarães, para a Região, e para Portugal. A sua atribuição vai permitir o reforço do desenvolvimento na investigação no âmbito da Medicina Regenerativa nos próximos anos, prestigiando e concedendo nova notoriedade ao espaço onde se desenvolve. Por todas estas razões, proponho que a Câmara vote a sua congratulação e louvor pela bolsa atribuída”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA E PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL - CONTA FINAL** – Presente, para



aprovação da Câmara Municipal, a conta final, datada de 31 de outubro de 2012, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa "António da Silva Campos, SA.", nos valores, respetivamente, de 1.252.720,04€ (um milhão duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte euros e quatro centímetros) + IVA e de 59.501,49€ (cinquenta e nove mil quinhentos e um euros e quarenta e nove centímetros) + IVA. A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE COUROS - CAMPURBIS - CONTA FINAL**

– Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, datada de 15 de outubro de 2012, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa "M. Couto Alves, S.A.", nos valores, respetivamente, de 2.932.190,97 € (dois milhões novecentos e trinta e dois mil cento e noventa euros e noventa e sete centímetros) + IVA e de 241.097,56 € (duzentos e quarenta e um mil noventa e sete euros e cinquenta e seis centímetros) + IVA. A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – NOVO ACESSO PEVIDÉM/SELHO S. CRISTÓVÃO – SUPRESSÃO DE TRABALHOS - RATIFICAÇÃO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de dezembro de 2012, que concordou com uma informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais relativa à supressão de trabalhos na empreitada designada por "Novo Acesso Pevidém/Selho S. Cristóvão", que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE TABUADELO –**

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Tabuadelo a execução da obra designada por "Pavimentação e Drenagem de Águas na Rua Senhora dos Bons Caminhos", bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 12.747,73€. Em carta dirigida à Câmara, em 13 de dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Tabuadelo informou não ter sido possível executar a obra acima identificada, pretendendo agora solicitar autorização para proceder à pavimentação da Travessa de Santa Eulália e construção da rede de água pública na rua das Flores, durante o ano de 2013, em vez da Pavimentação e Drenagem de águas na Rua Senhora dos Bons Caminhos. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012, passando as cláusulas 1ª e 3.ª a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.ª** - "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Gandarela para a execução das obras de pavimentação da Travessa de Santa Eulália e construção da rede de água pública na rua das Flores"; **Cláusula 3.ª** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 12.747,73€ para o ano de 2013". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA  
– PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO**

**DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE**

**2012** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Sande Vila Nova a execução da obra designada por “Construção de sanitários de apoio ao Cemitério”, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 12.716,33€. Em carta dirigida à Câmara, em 6 de dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Sande Vila Nova informou não ter sido possível executar a obra acima identificada, solicitando autorização para proceder à sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Delegação de Competências relativo ao ano de 2012, passando a Cláusula 3.<sup>a</sup> a ter a seguinte redação: “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013”. Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 12.716,33€ para o ano de 2013”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO – SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012 –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Aldão para participação na obra de requalificação do campo de jogos, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.430,16€. Em 5 de agosto de 2012, a Junta de Freguesia de Aldão informou esta Câmara Municipal da impossibilidade de proceder à requalificação do campo de jogos no

ano de 2012, tendo em conta a complexidade e dificuldades que surgiram na negociação dos terrenos necessários para tal, solicitando a alteração do objeto do protocolo, e propondo a substituição daqueles trabalhos pela execução dos seguintes: 1. Intervenção no ringue, junto ao edifício da sede da junta de freguesia, cujo estado de conservação implica riscos de para a segurança dos seus utilizadores; 2. Obra no cemitério; 3. Obra de recuperação dos bancos de granito na fonte de Fontela, recentemente destruídos por atos de vandalismo. Assim, em reunião do executivo camarário de 20 de setembro de 2012, foi deliberado aprovar a alteração solicitada, tendo sido celebrado o primeiro aditamento ao protocolo de atribuição de Subsídio, em 20 de setembro de 2012, pelo que a 1ª cláusula do Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 21 de junho de 2012, passou a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aldão para comparticipação nos seguintes trabalhos: 1. Intervenção no ringue, junto ao edifício da sede da junta de freguesia, cujo estado de conservação implica riscos de para a segurança dos seus utilizadores; 2. Obra no cemitério; 3. Obra de recuperação dos bancos de granito na fonte de Fontela, recentemente destruídos por atos de vandalismo". Em 9 de outubro de 2012, a Junta de Freguesia informou já ter concluído a obra do cemitério e solicitou a medição dos trabalhos executados, no valor de 5.119,19€. Em 29 de novembro, a Junta de Freguesia informou que não será possível executar os trabalhos referentes aos bancos na fonte de Fontela e no Ringue, até ao final do ano de 2012, solicitando autorização para a sua realização durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio,





celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se assim a 3ª cláusula, referente ao prazo de execução da obra, que passa a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na Cláusula 1ª, a Junta compromete-se a executar a obra, até ao final do ano de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da verba remanescente, no valor de 3.310,97€, para o ano de 2013". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - ASSISTÊNCIA JURÍDICA** – Presente a seguinte informação: "**1.**

**Objecto:** Pretende-se apoio jurídico para propor participação criminal e assegurar a assistência jurídica necessária até ao final do processo, em que são ofendidos os Agentes de Polícia Municipal, Ricardo Bruno Ferreira Garcia e Marco Paulo Almeida Ribeiro por factos emergentes do exercício das suas funções, designadamente ofensas à honra e bom nome dos Agentes e do próprio Município, bem como ameaças à integridade física daqueles (Processo de fiscalização nº 314/2012). **2.**

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Os serviços de advocacia que se pretende contratar não estão previstos no contrato de avença em vigor celebrado entre o Município de Guimarães e a sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados - Sociedade de Advogados, na medida em que se pretende instaurar processo criminal em que serão partes e diretamente interessados os

Agentes da Polícia Municipal supra referidos, sendo que o município de Guimarães é também parte ofendida e pode vir a constituir-se assistente nesse processo. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de *prestação* de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação e acompanhamento jurídico sob a forma de mandato judicial; b) Estima-se que a despesa do serviço contratado ascenda ao montante de €1.100, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, incluindo já as taxas de justiça; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2012; d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 20º, do *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro*, contratando-se, para o efeito, os serviços da sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados - Sociedade de Advogados; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - MINUTA DE CONTRATO ADICIONAL** – Presente, para aprovação, a minuta de contrato adicional ao contrato de aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e equipamentos do



Município de Guimarães, que consiste na alteração do horário da segurança do edifício Ciência Viva 24 horas todos os dias do ano, por forma a assegurar uma vigilância permanente neste edifício, com uma diferença de um valor mensal para o contrato inicial de €2.759,15, acrescido de IVA. Esta alteração foi aprovada por despacho do Presidente da Câmara de 20 de julho de 2012, ratificado pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 6 de setembro do mesmo ano. A minuta de contrato adicional dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REFORÇO DA VERBA CABIMENTADA NO PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012 DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2012-2013** – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de junho e em sessão da Assembleia Municipal, de 2 de Julho de 2012, o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2012/2013, no qual foram previstos os custos com o transporte escolar em carreira pública dos alunos matriculados nos ensinos básico e secundário. Considerando que o valor cabimentado para o período de setembro a dezembro de 2012, no montante de 781.093,00€, e calculado com base nos dados remetidos pelos Agrupamentos de Escolas relativos à previsão do número de alunos a beneficiar de transporte escolar, se revela, neste momento, insuficiente para assumir a totalidade das despesas com o transporte escolar dos alunos em carreira pública, torna-se necessário reforçar aquele valor em 167.000,00€. Perante o exposto, e face à Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos

compromissos, cumpre-nos informar que o reforço daquela verba é urgente, imprescindível e inadiável, uma vez que: compete à autarquia assegurar o transporte escolar dos alunos que residam a distância superior a 3km, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro; é igualmente de competência da autarquia proceder ao pagamento dos passes escolares requisitados às empresas transportadoras até ao dia 20 do mês da sua utilização, conforme previsto no ponto 4º, artigo 13º do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. Assim, solicita-se despacho de autorização de compromisso para o reforço do valor cabimentado para o período de setembro a dezembro em 167.000,00€, repartido pelas empresas conforme a seguir se discrimina: Arriva – 85.000,00€; TUG – 20.000,00€; A. Viação Landim – 7000,00€; REDM – 7000,00€; Transcovizela – 8000,00€; Auto-Mondinense – 40.000,00€. Mais se informa que o assunto deverá ser aprovado na próxima reunião do Órgão Executivo para posterior ratificação da Assembleia Municipal. À consideração superior”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---**

**PATRIMÓNIO - VENDA DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 25 M2 SITA NO LUGAR DA VINHA DA PORTELA, FREGUESIA DE SERZEDELO** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “Em reunião de Câmara realizada no dia 1 de setembro de 2011, sancionada pela Assembleia Municipal em 23 de setembro de 2011, foi aprovada a desafetação do domínio público de 8 parcelas de terreno, situadas no lugar da Vinha da Portela, da freguesia de Serzedelo, todas integradas no loteamento titulado pelo Alvará nº 38/91. Conforme deliberado, estas parcelas destinam-se à venda aos proprietários dos lotes confinantes, por terem sido abusivamente ocupadas.



Deste modo, e na sequência de notificação no âmbito do processo nº 215/02 da Divisão de Fiscalização, o Sr. Mário Machado Paiva, proprietário do lote nº 1 do referido loteamento, vem solicitar a venda da parcela de terreno com a área de 25,00m<sup>2</sup>, por si ocupada, bem como autorização para proceder ao seu pagamento em 20 prestações mensais. O valor da venda da referida parcela de terreno é de €1.090,00, em consonância com as indicadas deliberações. Nos termos do artigo 60º do Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais em vigor, o pagamento em prestações pode ser autorizado pela Câmara, desde que comprovada que a situação económica do requerente não lhe permite efetuar o pagamento integral de uma só vez. De acordo com o previsto no nº 3 do mesmo artigo, o pagamento de receitas municipais pode ser fracionado até ao montante máximo de 12 prestações, sendo que o valor de qualquer delas não pode ser inferior a meia unidade de conta no momento da autorização, sendo tal valor de €51,00 atualmente. Em conformidade com o estudo socioeconómico do agregado familiar do requerente e parecer técnico prestado pela Divisão de Ação Social, a petição enquadra-se no estipulado no nº 3 do artigo 60º do citado Regulamento bem como no Regulamento Municipal de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos, podendo o pagamento da parcela de terreno ser dividido em 12 prestações. Assim, em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido à Câmara para aprovação do pagamento do referido valor de €1.090,00 em 12 prestações mensais, sendo a primeira, no valor de €90,87, paga no ato da escritura de compra e venda, vencendo-se as restantes 11, no montante de €90,83 cada uma, em igual dia dos meses subsequentes, ficando salvaguardado que as prestações em dívida vencem juros à taxa legal em vigor até efetivo e integral

pagamento, e que a falta de pagamento de qualquer das prestações implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução da dívida através de processo judicial. De referir que se propõe a celebração da escritura de compra e venda aquando do pagamento da primeira prestação, a fim de permitir que o munícipe cumpra, no mais curto espaço de tempo possível, as condições impostas no processo em curso na Divisão de Fiscalização desta Autarquia. À consideração superior”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 409M2, SITA NA RUA DA IGREJA, FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO -**

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “O Sr. Alfredo Jorge de Araújo Teixeira, residente na rua da Igreja, freguesia de Selho S. Cristóvão veio solicitar a venda de uma parcela de terreno com a área de 409,00m<sup>2</sup>, confinante com o seu prédio. Aquela parcela de terreno foi cedida ao domínio público municipal para instalação de fossas sépticas, no âmbito do loteamento titulado pelo Alvará nº 49/89. No entanto, atendendo a que a urbanização se encontra atualmente dotada de infraestruturas de saneamento, o terreno deixou de ter interesse para a finalidade inicial, conforme informação técnica prestada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico. Deste modo, e após parecer favorável da Vimágua, foi elaborado projeto de alteração ao referido loteamento, que foi aprovado por despacho do Sr. Presidente datado de 16 de novembro de 2012. Assim, em caso de concordância superior, deverá ser submetida à Câmara Municipal proposta, a sancionar pela Assembleia Municipal, no sentido de ser desafetada do domínio público a parcela de terreno com a área de 409,00m<sup>2</sup>, sita na rua da Igreja,



da freguesia de Selho S. Cristóvão, a confrontar do norte com caminho público, do sul com arruamento, do nascente com lote 19-F e do poente com lotes 21-F, 22-F, 23-D e 24-D, para posterior venda em hasta pública. À consideração do superior”.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE TERRENO - SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MASCOTELOS**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Mascotelos solicitou ao Município a doação do imóvel onde se localiza a sede da junta, a fim de poder regularizar a sua situação patrimonial. Atendendo a que o imóvel em causa não possuía autonomia pelo facto de se encontrar construído nas imediações do edifício escolar e este não estar registado com as áreas corretas, procedeu-se a essa regularização e consequente autonomização do prédio da sede da Junta de Freguesia. Verifica-se que o DPPU e a Divisão de Educação não se opuseram à autonomização do prédio, tendo apenas sido referida a necessidade de assegurar a utilização do ringue desportivo pelas crianças e alunos da EB1/J1, pelo que tal utilização deverá ser protocolada com a Freguesia, uma vez que o ringue se situa no terreno da Junta de Freguesia. Deste modo, submete-se à consideração superior a doação, à Freguesia de Mascotelos, nos termos da alínea b), nº 6, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, do imóvel a seguir indicado, onde se encontra implantada a sede de Junta de Freguesia: Prédio urbano, com a área de 1755 m2, sendo 154 m2 de área coberta e 1601 m2 de logradouro, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 585/Mascotelos e inscrito na matriz sob o art.º 837, com o

valor patrimonial de €133.740,00 atribuindo-se o mesmo valor para efeitos de doação. Por outro lado, deverá a Freguesia garantir a realização do protocolo de utilização do ringue no prazo de dois meses a contar da data da escritura de doação, sendo que o não cumprimento do prazo atrás estabelecido confere ao doador o direito de reversão sobre o imóvel e benfeitorias que porventura existam e tenham sido introduzidas pelo donatário, sem direito a indemnização pelas mesmas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS - REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO - UNIDADES FLEXÍVEIS** – Presente

a seguinte proposta: “**1.** Por deliberação da Assembleia Municipal tomada a 26 de novembro último, foi aprovada a estrutura orgânica nuclear dos serviços do município, tendo sido também deliberado o número máximo de unidades flexíveis em 22, respeitando assim os limites previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com a flexibilização permitida pelo n.º 1 do seu artigo 21.º. **2.** Nos termos dos artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, criar unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal. **3.** Consideradas a estrutura orgânica nuclear já aprovada, as atribuições e competências do município e os seus objetivos estratégicos, plasmados nos documentos previsionais aprovados na mesma reunião da assembleia municipal, propõe-se **a aprovação pela Câmara Municipal** de criação de **vinte e uma** unidades orgânicas flexíveis, correspondentes a divisões





municipais, conforme diagrama anexo (ANEXO 1); do ANEXO 2 consta a descrição das respetivas atribuições e competências. **4.** Mais se propõe que a estrutura orgânica ora proposta, resultante desta deliberação e da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de novembro, entre em vigor a 1 de janeiro de 2013". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **A Vereadora Alexandra Gesta não participou na discussão e na votação da proposta.**-----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG, EEM - PLANO DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013 E PLANO PLURIANUAL 2013-2016** – Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação do executivo camarário, os documentos previsionais para 2013 - Plano de Gestão Previsional para o Ano Económico de 2013 e Plano Plurianual 2013-2016 - aprovados pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião extraordinária realizada no passado dia 14 de dezembro. Mais se propõe que, nos termos do nº 5, do art.º 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal o contrato-programa constante do Anexo 1A do Plano. Os referidos documentos previsionais dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Transito, Espaço Público e Viaturas: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Selho (S. Lourenço), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente:

41 Rua Serafim Fernandes – Tem início na rua António Gomes Marinho e termina no entroncamento com a rua Joao Fernandes de Lima. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento a toponímia da freguesia de Selho (S. Lourenço)”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTEÇÃO CIVIL - RATIFICAÇÃO DAS VERBAS A ATRIBUIR AOS BOMBEIROS DE GUIMARÃES E CALDAS DAS TAIPAS PARA A CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP`S)** – Presente a seguinte proposta: “A

Portaria n.º 1358/2007 de 15 de Outubro, veio regular os procedimentos a adotar na criação nos corpos dos Bombeiros detidos por Associações Humanitárias de Equipas de Intervenção Permanente (EIP`S) ao abrigo do disposto no n.5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007 de 27 de junho. Decorridos estes anos sobre a vigência dos primeiros protocolos celebrados entre o Município de Guimarães e as Associações Humanitárias de Bombeiros de Guimarães e das Taipas, importa consolidar o modelo, que se revelou adequado garantindo prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e na defesa dos seus bens. Em sua reunião realizada em 20.07.2011, o Município de Guimarães ratificou a renovação dos protocolos para a constituição de Equipas de Intervenção Permanente (EIP`S) dos Bombeiros de Guimarães e Taipas, no valor de 24.366,00€ (mais seguros) para cada uma das Associações correspondente a 50% e os restantes 50% da



responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). À data, o cálculo não contemplou o valor relativo aos encargos mensais com os descontos para a segurança social de cada um dos elementos das equipas do BV Guimarães e BV Caldas das Taipas (mapa anexo). Detetada esta situação é agora necessário reforçar a verba a atribuir a cada uma das Associações, no valor correspondente com aqueles encargos, no total de 30.310,41€ (mais seguros), para o ano de 2011 e 30.116,25€ (mais seguros), para o ano 2012, para cada uma das Associações, que corresponde a 50 % do valor daqueles encargos, sendo o restante pago pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), correspondendo na íntegra ao Acordo para o enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente, firmado a 16 de Fevereiro de 2011 e a 1 de Março de 2011 (em anexo). Nesta conformidade e tendo aqueles protocolos sido ratificados pela Câmara Municipal, propõe-se que este órgão aprove, igualmente, o reforço da verba supra citada de modo a poder cumprir as exigências legais respeitantes aos vencimentos dos elementos que constituem as (EIP`S).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POU UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA 2013** – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos relativa ao Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos para 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - ALBERGARIA DA OLIVEIRA -  
APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO -**

Presente, para aprovação, a minuta do contrato de concessão a celebrar entre o Município de Guimarães e a Sociedade Roteiro Útil, Lda., para exploração do estabelecimento hoteleiro designado por Albergaria da Oliveira, pelo prazo de 15 anos, prorrogável por períodos de 5 anos até 25 anos, sendo a retribuição mensal de 3.555,55€ + IVA, atualizável anualmente em função do valor da inflação verificada pelo Instituto Nacional de Estatística no ano anterior. A minuta do contrato de concessão dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ESCOLA EB1/JI AULA/CONDE - CEDÊNCIA DE  
AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A APESMACO -

Associação de Pais da Escola EB1/JI Aula Conde solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 20 de Dezembro, a Garfe. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 06 de Dezembro de 2012, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o respetivo pedido de apoio para ratificação”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM - PROPOSTA DE  
REALOJAMENTO EM NOVE HABITAÇÕES VAGAS POR  
MOTIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.  
REALOJAMENTO CONVENCIONAL DE SEIS AGREGADOS  
FAMILIARES, REALOJAMENTO DE SETE AGREGADOS**

**FAMILIARES UNITÁRIOS EM TRÊS RESIDÊNCIAS PARTILHADAS E TRANSFERÊNCIA DE TRÊS FAMÍLIAS RESIDENTES PARA ADEQUAÇÃO DE TIPOLOGIA –**

Presente um ofício da CASFIG,EEM remetendo, para aprovação, proposta de realojamento em nove habitações vagas por motivo de rescisão do contrato de arrendamento, realojamento convencional de seis agregados familiares, realojamento de sete agregados familiares unitários em três residências partilhadas e transferência de três famílias residentes para adequação de tipologia, aprovada pelo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2012, de acordo com informação prestada pela equipa técnica de ação social, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG,EEM - SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO -**

Presente um ofício da CASFIG,EEM remetendo, para aprovação, proposta de aprovação de 52 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2012, de acordo com informação prestada pela equipa técnica de ação social, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO NO MÊS DE OUTUBRO –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 22 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com

caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. Os apoios concedidos correspondem aos processos nºs 165484993, 219827575 e 195004264. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDO POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO NO MÊS DE NOVEMBRO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação

Social: “Por deliberação de 22 de Dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa”. Os apoios concedidos correspondem aos processos nºs 171815670/12; 171815670/12; 191299804/12; 191299804/12; 191299804/12; 191299804/12; 187818991/12; 187818991/12; 211000990/12; 211000990/12; 134333276/12; 134333276/12; 137707550/12; 137707550/12. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º 10714920/12**



- Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º 9170268/12 -**

Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º 3416909/12 -**

Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º 08693941/12**

- Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento

Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º**

**074600016/12** - Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO N.º 3665844/12 -**

Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º – Capítulo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO JUVENIL DE S. JOSÉ - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 21 DE JUNHO**

**DE 2012** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 12 de abril de 2012 foi deliberado aprovar o apoio a 28 instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Juvenil de S. José, este último com um subsídio de €2.000.00 (dois mil euros) para a aquisição de um parque infantil e um Pavistep Bicolor, com o objetivo de





proporcionar aos jovens um espaço onde pudessem brincar e melhorar o desenvolvimento psicomotor. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 21 de Junho de 2012 um Protocolo com este Centro Juvenil, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 19 de novembro, o Presidente desta instituição, Domingos Lopes de Miranda, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto do subsídio de modo a ser aplicado na aquisição de um Skate Park, equipamento lúdico mais adaptado à média de idades dos jovens que residem na Instituição (15/16 anos). Solicitam ainda que o período de vigência do Protocolo seja prorrogado até 31 de dezembro de 2013. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: *O presente Protocolo tem por objeto (...), para a aquisição de um Skate Park, equipamento lúdico mais adaptado à idade dos jovens que residem na Instituição.* A alteração da Cláusula 2ª – Período de Vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *Sem prejuízo do disposto na cláusula 6º, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013*”. A minuta do aditamento ao Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 21 DE JUNHO DE 2012** - Presente a seguinte

informação da Chefe de Divisão de Ação Social: "Em reunião de Câmara de 12 de abril de 2012 foi deliberado aprovar o apoio a 28 instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social da Paróquia de Polvoreira, este último com um subsídio de €2.500.00 (dois mil e quinhentos euros) para a aquisição de uma viatura de nove lugares, para transporte coletivo de crianças. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 21 de Junho de 2012 um Protocolo com este Centro Social, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 28 de novembro, o Presidente desta instituição, Reverendo Padre Isac Araújo e Silva, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto do subsídio de modo a ser aplicado na aquisição de mobiliário para equipar o parque infantil necessário à resposta social da "creche", uma vez que este equipamento não foi contemplado no projeto PARES, pelo que não dispõem de apoio financeiro para esta resposta social. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: *O presente Protocolo tem por objeto (...), para a aquisição de mobiliário para equipar o parque infantil necessário à resposta social da "creche", uma vez que este equipamento não*



*foi contemplado no projeto PARES, pelo que não dispõem de apoio financeiro para esta resposta social. A minuta do aditamento ao Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----*

**AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE PAGAMENTO À COOPERATIVA TEMPO LIVRE DE FÉRIAS DESPORTIVAS DE CRIANÇAS SINALIZADAS PELA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS** – Presente a seguinte informação da Chefe

de Divisão de Ação Social: “A Tempo Livre tem vindo a comparticipar em 50% nas despesas com crianças carenciadas sinalizadas pela CPCJ que frequentam o programa “Férias Desportivas”, ficando os restantes 50% a cargo das instituições que os acolhem. Neste ano, três dessas crianças identificadas pela CPCJ não se encontravam ao cuidado de nenhuma instituição, pelo que deverão ser apoiadas pela Câmara Municipal, no âmbito das suas obrigações previstas no Artigo 14º da Lei 177/99 que refere:

*1. As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de maneiio, necessários ao funcionamento das comissões de proteção são assegurados pelo município, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. 2. O Fundo de maneiio destina-se a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto. Coloca-se à consideração superior o pagamento à Tempo Livre do valor de €180,00 (cento e oitenta euros), pela rubrica 2.3.2.07.2001 – Comissão de proteção de crianças e jovens em*

risco, pelas razões apresentadas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BERLIM, SOBRE O PAPEL DAS CIDADES NA CONSTRUÇÃO DE UMA EUROPA DOS CIDADÃOS E APROVADA EM NOVEMBRO DE 2012**

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "Realizou-se no passado dia 9 de novembro, em Berlim, a conferência "Cities for Europe", na qual Guimarães participou a convite da organização A Soul For Europe, tendo estado representada pela Vereadora da Cultura, Dra. Francisca Abreu que, na ocasião, proferiu uma intervenção sobre Guimarães e o seu contributo para a construção de uma Europa das cidades e dos cidadãos. **(ANEXO 1)** Tendo juntado representantes de diversas cidades europeias, autarcas, artistas, profissionais de diversas áreas culturais, e cidadãos empenhados em refletir sobre o papel das cidades na construção de uma Europa dos Cidadãos, a conferência culminou com a aprovação da Declaração de Berlim, lançada na respetiva Câmara Municipal, que proponho seja ratificada pelo Executivo da Câmara Municipal de Guimarães:

**DECLARAÇÃO DE BERLIM** - *1. Na véspera do Ano Europeu dos Cidadãos, 2013, declaramos estar unidos na firme vontade de caminharmos para uma Europa, da base para o topo, que inspire vida à Europa das instituições. 2. Onde é que a Europa dos cidadãos encontra a Europa? Nas suas cidades. - É nas cidades da Europa que se conseguem as realizações da cultura Europeia. - É nas cidades e nas regiões da Europa que se encontram os lugares de celebração que se ligam com os eventos maiores Europeus. - É onde a integração dos povos de diferentes culturas se realiza – ou fracassa. - É onde se insufla vida nova a prédios obsoletos e onde bairros inteiros ganham nova vida. - É onde as pessoas trabalham*



*juntas entre fronteiras. - É onde os cidadãos preservam o uso do património Europeu – os traços da diversidade cultural da Europa através dos tempos. 3. Sendo assim, das cidades e dos cidadãos depende a construção da Europa dos Cidadãos a nível local. E esta não é uma responsabilidade que possam delegar. Conscientes da nossa responsabilidade concordamos, através da cooperação entre a sociedade urbana, política e a administração, em prosseguir para a construção da Europa dos Cidadãos, para uma nova cultura de democracia Europeia. 4. Congregamos esforços para criar a iniciativa "Cidades para a Europa". Este compromisso não deve, nem significa um compromisso institucional; antes significa a afirmação mútua do nosso envolvimento pela Europa. Convidamos todos, cidades grandes e pequenas e os cidadãos a juntarem-se à nossa iniciativa. Convidamos também grupos cívicos que desejem partilhar este envolvimento. - Nas nossas cidades estamos a lançar e a apoiar iniciativas culturais, sociais e económicas que aspiram a um significado pan Europeu; projetos, conferências e discussões relativas à Europa, prémios para ações Europeias, etc. - Defendemos que no futuro as cidades só sejam honradas com a designação da Capital Europeia da Cultura se a candidatura tiver evidência do seu contributo duradouro para o processo de integração Europeia. - Apoiamos a política das nossas cidades, de incremento da utilização de competências e recursos culturais dos nossos cidadãos para elevar o nosso perfil Europeu. - Estamos empenhados em que mais cidades Europeias sejam convidadas a participar nesta iniciativa e a aprofundarmos o intercâmbio entre cidadãos das nossas cidades através de projetos articulados. - Encorajamos as forças da sociedade civil, organizações privadas e cidadãos originários de outros países – assim como pessoas de todas as gerações – a assumir e a partilhar a responsabilidade por*

*estes esforços. - Assumimos pedir aos nossos membros do Parlamento Europeu e às instituições Europeias a apoiar a nossa iniciativa. - É nossa intenção promover um encontro anual para fazer o balanço do progresso da iniciativa "Cities for Europe", para acordar sobre novas ações e acolher novos membros da iniciativa. Este encontro deverá integrar os eventos organizados no âmbito da respetiva Capital Europeia da Cultura, para celebrar este contributo para o desenvolvimento Europeu".* A referida intervenção dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE OLEIROS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "A O.S.V - Associação Recreativa e Cultural de Oleiros solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de Idosos, no dia 20 de Dezembro, para uma visita ao Centro Histórico. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 5 de Dezembro de 2012 proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação do executivo camarário a disponibilização da viatura em causa". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECE COM A COOPERATIVA A OFICINA** – Presente a seguinte proposta: "Considerando: - Que a gestão dos equipamentos culturais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da política



cultural do Município; - Que a definição de uma política cultural coerente confere eficácia e eficiência à ação municipal neste domínio e que esta é a melhor forma de atingir resultados consistentes; - Que, independentemente dos atuais constrangimentos financeiros, a Autarquia deve procurar sempre assegurar a plena rentabilização dos recursos de que dispõe;- Que a prossecução e concretização dos objetivos que presidiram à edificação do Centro Cultural Vila Flor e da Plataforma das Artes e da Criatividade impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão; - Que a Cooperativa A Oficina acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos culturais com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; - Que, no âmbito de tal gestão, A Oficina tem desenvolvido uma programação no domínio das Artes Plásticas e das Artes de Palco com papel de relevo e amplamente reconhecido na criação de públicos, na produção cultural e na afirmação de Guimarães como destino cultural à escala internacional; - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa A Oficina garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos identificados; - Que A Oficina já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar mobilizados para a gestão destes equipamentos; - Que, por força das responsabilidades que assumiu no âmbito da Capital Europeia da Cultura, nomeadamente em matéria de programação e produção artística e cultural, e de gestão das candidaturas a fundos comunitários, A Oficina reforçou as suas competências e experiência, que importa aproveitar e potenciar; - Que A Oficina, pela sua experiência, pelo conhecimento do

território, das instituições e das suas gentes, pelas competências, agora reforçadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura, é a instituição cultural que reúne as melhores condições para dar continuidade ao esforço feito, às mudanças operadas, ao legado de Guimarães 2012, e à criação de novo legado; - Que a atividade regular da Oficina remete inequivocamente para o disposto nas alíneas l) do nº 2 e b) do nº4, ambas do artigo 64º da Lei referida em assunto, o que reclama uma contratualização clara, transparente e objectiva, que, desde logo, determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da referida Lei. Proponho a aprovação em minuta e posterior celebração do protocolo de colaboração em anexo, mediante o qual a Câmara Municipal transfere para a Oficina, durante o ano de 2013, o direito do uso e exploração da totalidade dos imóveis, de propriedade do Município, destinados à instalação e ao funcionamento do Centro Cultural Vila Flor e da Plataforma das Artes e da Criatividade, e financia as atividades a desenvolver pela Cooperativa A Oficina, no mesmo ano, com o montante de €3.000.000,00 (três milhões de euros)". A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta por se ter considerado impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**DESPORTO - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECEER COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE –**

Presente a seguinte proposta: "Considerando: - Que a gestão dos equipamentos desportivos municipais deve obedecer a uma visão





integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da política sociodesportiva do Município; - Que a definição de uma política desportiva coerente confere eficácia e eficiência à ação municipal neste domínio e que esta é a melhor forma de atingir resultados consistentes; - Que, independentemente dos atuais constrangimentos financeiros, a Autarquia deve procurar sempre assegurar a plena rentabilização dos recursos de que dispõe; - Que a prossecução e concretização dos objetivos que presidiram à edificação da Cidade Desportiva e de um vasto conjunto de equipamentos desportivos de usufruto comunitário impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão; - Que a Cooperativa Tempo Livre acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos desportivos com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; - Que, no âmbito de tal gestão, a Tempo Livre tem desenvolvido um conjunto notável de serviços, atividades e programas no domínio do fomento do desporto e da atividade física, com papel de relevo e amplamente reconhecido pelos seus utentes e público e na promoção de eventos desportivos que consolidam a afirmação de Guimarães como destino cultural à escala internacional; - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa Tempo Livre garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos identificados; - Que a Tempo Livre já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar mobilizados para a gestão destes equipamentos; - Que, por força das responsabilidades que assumiu no âmbito da Cidade Europeia do Desporto em 2013, nomeadamente em matéria de programação e produção de eventos desportivos,

alguns deles objeto de candidaturas a fundos comunitários, a Tempo Livre reforçou as suas competências e experiência, que importa aproveitar e potenciar; - Que a Tempo Livre, pela sua experiência, pelo conhecimento do território, das instituições e dos seus munícipes, pelas competências, agora reforçadas no âmbito da Cidade Europeia do Desporto, é a instituição que reúne as melhores condições para dar continuidade ao trabalho já desenvolvido e aos compromissos assumidos no âmbito da Cidade Europeia do Desporto 2013; - Que a atividade regular da Tempo Livre remete inequivocamente para o disposto nas alíneas l) do nº 2 e b) do nº4, ambas do artigo 64º da Lei referida em assunto, o que reclama uma contratualização clara, transparente e objectiva, que, desde logo, determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da referida Lei. Proponho a aprovação em minuta e posterior celebração do protocolo de colaboração em anexo, mediante o qual a Câmara Municipal transfere para a Tempo Livre, durante o ano de 2013, o direito do uso e exploração da totalidade dos imóveis de propriedade do Município que estão sob gestão atual da cooperativa (designadamente, o Multiusos de Guimarães, o Complexo Municipal de Piscinas, a Pista de Atletismo Gémeos Castro, os Pavilhões Municipais de Lordelo e Souto Santa Maria, os Pavilhões Desportivos das Escolas EB2,3 de Creixomil, Fermentões, Urgezes, Pevidém, Ronfe, Moreira de Cónegos e Lordelo, o Complexo de Piscinas de Moreira de Cónegos, o campo de futebol do parque de Lazer do Rio Selho) e o Pavilhão Desportivo Almor Vaz/Inatel, e financia as atividades a desenvolver pela Cooperativa Tempo Livre no âmbito da Cidade Europeia do Desporto 2013, no mesmo ano, com o montante de € 1.220.000,00 (um milhão duzentos e vinte mil euros).” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e



fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se ter considerado impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA DIVISÃO DE TRÂNSITO, ESPAÇO PÚBLICO E VIATURAS PARA O ANO DE 2013**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição de fundos de maneio da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas, para o ano de 2013, de acordo com os seguintes montantes, respetivos titulares e seus substitutos: 1. Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300,00 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 2. Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200,00 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200,00 (duzentos euros) a gasóleo – rubrica 05/02010202. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e

impedimentos, propõe-se a designação de Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 3. Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300,00 (trezentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. 4. Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €3500 (três mil e quinhentos euros) para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Veículos (DTEPV). Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respetivo exercício económico. Mais se informa que, atenta a lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e informação do Departamento Financeiro, de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, informo que a sua criação tem por objetivo e fundamento: a aquisição de peças ou reparações para viaturas do município, indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços, particularmente na recolha de RSU; o pagamento de taxas obrigatórias, designadamente portagens nas autoestradas e de estacionamento, quer em parques, quer em zonas de estacionamento de duração limitada (parcómetros), sem os quais o Município ficará sujeito às coimas inerentes; o abastecimento de combustível em viaturas ao serviço



do Município, designadamente quando em serviço externo ao concelho; o pagamento de taxas obrigatórias na renovação de licenças de veículos municipais, designadamente no IMTT, a onde é obrigatório o pagamento prévio das mesmas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA ACORRER A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de

Ação Social: "A Câmara Municipal tem vindo a aprovar, por deliberação anual, a constituição de um Fundo de Maneio no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Tem vindo a constatar-se que este valor é determinante, e por vezes insuficiente, para acorrer às situações emergentes de carência económica que nos são apresentadas diariamente. A tendência de crescimento dos apoios municipais a situações de emergência social é evidente nos últimos três anos, verificando-se em 2012 um aumento superior a 80% em relação aos anos de 2011 e de 2010, como se pode verificar na tabela que a seguir se apresenta. -----

ÁREA	Total 2012		Média (N)			Crescimento	
	N	€	2012	2011	2010	(dif.)	%
Apoio a Situações de Emergência Social	176	6.244,80	17,3	9,6	3,8	7,7	80%

Fonte: Relatório de Atividades 2012, DAS (Nov. 2012)

Acresce ainda o facto de a Segurança Social não conseguir dar resposta em tempo útil a todas as situações do nosso concelho, podendo o Município de Guimarães enquadrar estes apoios no

Regulamento Municipal referido acima que se encontra ao abrigo da alínea c) do nº 4 do artigo 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro que refere ser atribuição das Autarquias, *participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal (...).* Contudo, tendo em conta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como informação do Departamento Financeiro referente à inexistência de fundos disponíveis, coloco à consideração superior a continuidade da constituição do atual fundo de manio no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), de modo a ser possível darmos uma resposta ajustada às situações de emergência social que venham a surgir em 2013”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**